

EDITAL N. 1/2025 DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

CHAMAMENTO DE INTERESSADOS PARA CELEBRAÇÃO DE ACORDO DIRETO DE PAGAMENTO DE PRECATÓRIOS EXPEDIDOS EM FACE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO OU DE SEUS ENTES DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA

A Juíza de Direito Auxiliar da Presidência, **Dra. Daniela Ferro Affonso**, no uso de suas atribuições legais e regimentais previstas na Portaria n. 831/2025 e no Ato Executivo n. 33/2025 da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, tendo em vista o disposto no § 1º do art. 76 da Resolução CNJ n. 303/2019, CIENTIFICA o Estado do Rio de Janeiro e CONVOCA os titulares de precatórios apresentados até **02 de abril de 2025**, expedidos exclusivamente no âmbito de processos do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, em face do Estado do Rio de Janeiro ou de qualquer de seus entes da Administração Indireta, constantes da lista da ordem cronológica de pagamento, para apresentarem propostas de acordo direto, mediante deságio, conforme autorizado pelo § 1º do artigo 102 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, cuja satisfação ocorrerá com os recursos especificamente destinados para esse fim, nos termos do Decreto estadual n. 48.805, de 17 de novembro de 2023.

I-DO OBJETO

1.1 Este edital tem por objeto a convocação, para apresentação de propostas de acordo direto para pagamento, dos titulares de precatórios apresentados até 02 de abril de 2025 e expedidos exclusivamente no âmbito de processos do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, em face do Estado do Rio de Janeiro ou de qualquer de seus entes da Administração Direta Indireta, que não tenham sido oferecidos em processo de compensação tributária e cujo crédito não seja objeto de penhora.

1.2. A lista da ordem cronológica organizada pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, pode ser acessada no endereço eletrônico: <<https://www4.tjrj.jus.br/PortalConhecimento/precatorio/#!/ordemcronologica>>.

II- DO DESÁGIO APLICADO

2.1. Para a celebração do acordo direto de que trata este Edital, será aplicado o deságio fixo de 40% (quarenta por cento) sobre o valor atualizado do precatório, nos termos do art. 2º do Decreto Estadual n. 48.805/23.

2.2. O imposto de renda, as contribuições sociais, previdenciárias e assistenciais, bem como os honorários advocatícios contratuais eventualmente reservados na forma do art. 3º do Ato Normativo TJ n. 6/2023, quando incidentes sobre o montante a receber, serão calculados sobre o valor final, após aplicado o deságio de que trata o item 2.1., e dele deduzidos, observando-se a regra incidente conforme a especificidade de cada precatório.

2.3. As despesas processuais serão deduzidas do valor final, após aplicado o deságio de que trata o item 2.1.

III – DOS LEGITIMADOS PARA A APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE ACORDO

3.1. Podem apresentar proposta de acordo:

3.1.1. o titular original do precatório, pessoa física ou jurídica, devidamente apontado no ofício requisitório, relativamente ao crédito que não houver sido cedido a terceiro;

3.1.2. o(s) sucessor(es) *causa mortis* do titular originário, desde que esteja(m) devidamente habilitado(s) nos autos do precatório na data de publicação deste edital, sendo insuficiente a mera habilitação nos autos do processo original;

3.1.3. o(s) advogado(s) titular(es) de precatório autônomo do qual seja(m) titular(es) devidamente apontado(s) no ofício requisitório. Se o precatório contemplar o crédito principal e honorários contratuais, a adesão ao acordo deverá ser necessariamente feita pelo credor original e também pelo advogado, vedando-se a adesão isolada deste último a teor do art. 3º do Decreto Estadual n. 48.805/23; e

3.1.4. o cessionário do precatório cujo pedido de cessão já esteja devidamente deferido ou registrado nos autos do precatório, na data da publicação deste edital, sendo insuficiente a mera notícia nos autos do processo original ou do precatório.

3.2. No precatório cujo credor seja espólio, pessoa jurídica ou pessoa natural absolutamente incapaz, poderá a proposta de acordo ser formulada pelo representante devidamente habilitado nos autos do precatório, devendo ser a proposta acompanhada de documento atualizado, emitido em até 3 (três) meses, que comprove a capacidade de seus representantes para transigir, receber e dar quitação, como certidão de inventariante, certidão de tutela ou curatela, bem como atos constitutivos da pessoa jurídica.

3.3. A celebração de acordo importará a desistência de qualquer espécie de impugnação administrativa ou judicial sobre o valor do crédito ou seus acessórios.

IV – DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE ACORDO

4.1. O interessado deve apresentar a proposta de acordo direto de pagamento mediante o preenchimento de requerimento específico, por meio do sítio eletrônico <<https://pge.rj.gov.br/acordo-direto-de-precatorios>>, no período de 25 de julho até 25 de agosto de 2025, acompanhado de toda a documentação exigida no presente Edital.

4.2. Do requerimento constarão:

a) a concordância expressa do credor em receber o montante referente ao precatório objeto da proposta de acordo com o deságio de 40% (quarenta por cento) sobre o valor atualizado do crédito;

- b) a declaração de que o proponente não cedeu o crédito objeto da proposta a terceiros, de que este não é objeto de penhora, nem foi oferecido em compensação tributária;
- c) a manifestação expressa de ciência de que o acordo direto importa a desistência de qualquer espécie de impugnação administrativa ou judicial sobre o valor do crédito ou seus acessórios; e
- d) o compromisso, pelo requerente, de acessar regularmente o sítio eletrônico da Câmara Administrativa de Solução de Controvérsias da Procuradoria do Estado do Rio de Janeiro (<https://pge.rj.gov.br/acordo-direto-de-precatorios>), o processo do requerimento de adesão ao acordo no Sistema Eletrônico de Informações (SEI) e o e-mail informado no requerimento, para os quais serão encaminhadas as comunicações e intimações referentes ao acordo de que trata este Edital, sem prejuízo das publicações judiciais realizadas no DJe.

4.3. O protocolo do requerimento deve ser realizado no prazo do item 4.1 por meio eletrônico, diretamente pelo interessado, procurador ou advogado, no sítio eletrônico <<https://pge.rj.gov.br/acordo-direto-de-precatorios>>.

4.4. Eventuais dificuldades no momento do preenchimento ou do protocolo do requerimento poderão ser sanadas, em dias úteis, pelo e-mail <acordoprecatorio@pge.rj.gov.br>, no período das 9h às 18h.

4.5. Expirado o prazo indicado no item 4.1, a Câmara Administrativa de Solução de Controvérsias da Procuradoria do Estado do Rio de Janeiro (CASC PGE-RJ) tornará pública listagem de interessados por ordem cronológica de apresentação dos respectivos precatórios.

4.6. A lista referida no item 4.5 terá validade até 31 de dezembro de 2025.

V- DOS DOCUMENTOS

5.1. Devem ser obrigatoriamente anexados ao requerimento os seguintes documentos:

5.1.1. o requerimento para Acordo Direto de Precatórios indicado no item 4.1;

5.1.2. cópia do(s) documento(s) de identificação oficial(is) do(s) requerente(s), preferencialmente Carteira de Identidade ou Carteira Nacional de Habilitação, e do Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), se for o caso, emitidos há menos de 10 (dez) anos;

5.1.3. comprovante de titularidade da conta bancária indicada na proposta de acordo direto, vedada a indicação de conta salário, devendo ainda comprovar ter sido aberta mais de 1 ano antes do requerimento, no caso de valores superiores a R\$ 250.000,00 ou se o beneficiário for maior de 80 anos.

5.1.4. cópia integral dos autos do precatório, no qual deve constar a certidão do valor do crédito com deságio expedida pela Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro para fins de adesão ao Acordo de Precatório;

5.1.5. cópia dos atos constitutivos e do ato que confere poderes de administração da pessoa jurídica, se for o caso;

5.1.6. cópia da carteira da OAB e de ficha cadastral emitida no sítio eletrônico do Cadastro Nacional de Advogados da OAB Nacional (<<https://cna.oab.org.br/>>) no máximo 30 dias antes do requerimento.

5.1.7. se for o caso, cópia da certidão de inventariante e de tutela ou curatela, emitida em até 3 (três) meses (item 3.2);

5.2. Quando aplicável, deve(m) ser anexado(s) à proposta, sem prejuízo de outros documentos que se mostrem necessários:

5.2.1. quando o credor se fizer representar por advogado ou procurador, procuração por instrumento público ou particular com firma reconhecida por autenticidade, na forma do art. 7º do Ato Normativo TJ n. 06/2023, conferindo poderes específicos para a celebração de acordo na forma do Decreto Estadual n. 48.805, de 17 de novembro de 2023, firmada nos 90 dias anteriores à apresentação da proposta;

5.2.2. caso a conta bancária indicada esteja em nome do advogado ou procurador, a procuração mencionada no item 5.2.1 deverá conter autorização expressa do mandante para recebimento pelo procurador, além dos poderes para receber e dar quitação.

VI- DA VERBA DISPONÍVEL PARA ACORDOS DIRETOS

6. Serão destinados ao pagamento das propostas contempladas os valores atualmente disponíveis na conta acordo do Estado do Rio de Janeiro, administrada pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, além daqueles que vierem a ser depositados, nos termos do art. 102, § 1º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT e do art. 55, § 3º, da Resolução CNJ n. 303/2019.

VII- DA ORGANIZAÇÃO DAS PROPOSTAS

7.1. À medida que forem recebidas, as propostas serão organizadas em consonância com a ordem cronológica de apresentação dos precatórios correspondentes, definida na lista dos precatórios gerida pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

7.2. Tratando-se de precatório com múltiplos credores, os proponentes que componham o mesmo título serão ordenados de acordo com os seguintes critérios:

7.2.1. ser portador de doença grave, devidamente reconhecida pelo juízo da execução, na forma do art. 4º do Ato Normativo TJ n. 06/2023;

7.2.2. ser maior de 60 (sessenta anos);

7.2.3. ser pessoa com deficiência;

7.2.4. ordem crescente de valores; e

7.2.5. ordem alfabética.

VIII- DA INABILITAÇÃO DAS PROPOSTAS DE ACORDO DIRETO

8.1. Serão inabilitadas as propostas de acordo direto:

- a) intempestivas, em desobediência ao prazo de adesão do item 4.1;
- b) apresentadas por pessoa que não seja legitimada na forma do item 3.1;
- c) desacompanhadas dos documentos listados no item 5;
- d) relativas a precatórios expedidos fora do período estipulado no item 1.1;
- e) relativas a crédito apresentado em processo de compensação tributária ou que tenha sido objeto de penhora;
- f) relativas a crédito já quitado; e
- g) em relação às quais o ente devedor considere existir relevante controvérsia sobre a certeza, a liquidez, a exigibilidade ou a titularidade do crédito.

8.2. Na hipótese da alínea ‘c’ do item anterior, poderá o interessado regularizar a instrução da proposta tempestiva no prazo de 5 (cinco) dias corridos, contados da data de intimação pelo Sistema Eletrônico de Informações (SEI) ou do envio de mensagem pela CASC-PGE para o e-mail indicado pelo interessado no requerimento de acordo.

8.3. A inabilitação será comunicada através de intimação pelo Sistema Eletrônico de Informações (SEI), pelo envio de mensagem para o e-mail indicado no requerimento de acordo ou por publicação no Diário Oficial.

8.4. As propostas habilitadas serão contempladas nos limites dos recursos transferidos para a conta a que se refere o art. 55, § 3º, da Resolução CNJ n. 303/2019, observada a ordem indicada no item 7.1.

8.5. Habilitada a proposta, considera-se o acordo irretratável para as partes.

IX – DAS IMPUGNAÇÕES

9.1. A decisão de inabilitação poderá ser impugnada no prazo de 10 (dez) dias corridos contados da comunicação a que se refere o item 8.3, mediante peticionamento intercorrente no Sistema Eletrônico de Informações (SEI) ou petição encaminhada à Câmara Administrativa de Solução de Controvérsias da Procuradoria do Estado do Rio de Janeiro (CASC – PGE-RJ), no endereço eletrônico <acordoprecatorio@pge.rj.gov.br>.

9.2. A impugnação será decidida pela PGE-CASC, aplicando-se no que couber a Lei Estadual n. 5.427/2009.

9.3. Não serão admitidos recursos encaminhados via e-mail para endereço eletrônico diverso ou qualquer outra forma que não seja a indicada no item 9.1.

X – DA HOMOLOGAÇÃO DO ACORDO E DO PAGAMENTO

10.1. As propostas habilitadas serão enviadas pela CASC ao DEPJu – Departamento de Precatórios Judiciais do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, que adotará as providências necessárias à homologação judicial do acordo e posterior pagamento, nos termos do Decreto n. 48.805/2023.

10.2. O DEPJu intimará o titular do crédito para ciência do termo de acordo encaminhado pela CASC.

10.3. Não será homologado o acordo quando verificada hipótese de inabilitação, na forma do item 8.1.

10.4. O acordo homologado perderá eficácia em 31 de dezembro de 2025, caso não tenha sido contemplado na forma do item 8.4.

XI- DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

11.1. Eventual alteração nas informações apresentadas no requerimento de proposta de acordo direto deverá ser imediatamente comunicada à CASC, mediante petição intercorrente nos autos do processo do pedido de celebração de acordo no Sistema Eletrônico de Informações (SEI) ou e-mail a ser encaminhado ao endereço eletrônico <acordoprecatorio@pge.rj.gov.br>.

11.2. Casos omissos serão decididos diretamente pela CASC, aplicando-se no que couber a Lei Estadual n. 5.427/2009.

Rio de Janeiro, 23 de julho de 2025.

Juíza Gestora de Precatórios